



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 173/2023, DO EXECUTIVO, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e sete minutos, tendo por local o Prédio Ulysses Guimarães, localizado a Rua Carlos Pazetti, nº 290, na Câmara Municipal de Paulínia, na Sala de Sessões “Vereador Mario Vicente Brasil Conte”, realizou-se a Audiência Pública referente ao Projeto de Lei nº 173/2023, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2024, solicitada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos da Câmara Municipal de Paulínia. A mesa foi composta: pelo Vereador Fábio Valadão, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos; pelo Vereador Helder Pereira, Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos; pelo Vereador Pedro Bernarde, Secretário da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributo; pelo Vereador Messias Brito, Vice-presidente da Câmara Municipal de Paulínia; pelos Vereadores Dr. Grilo, José Soares; e pelo Senhor Rodrigo Antonio Quaiatti, Diretor do Departamento Legislativo. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h07): “Eu, como presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos da Câmara Municipal de Paulínia, representante do Poder Legislativo de Paulínia, declaro aberta a audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 173/2023, que ‘estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2024’. Aproveito a oportunidade, presentes à Mesa, da minha direita para a esquerda, o Vereador José Soares, obrigado pela presença. Ao lado do Vereador José Soares, Vereador Pedro Bernarde, secretário da Comissão de Finanças e Orçamento. À minha direita, o Vice-presidente da Comissão, vereador Helder Pereira. Muito obrigado! À minha esquerda, Rodrigo Quaiatti, que eu falo que é nosso anjo da guarda aqui, Diretor Legislativo. Continuando, à esquerda, Vereador Messias Brito, vice-presidente da Câmara Municipal, meu companheiro de bancada. Obrigado pela presença, vereador Messias. E ao lado dele, Vereador D. Grilo. Muito obrigado pela presença de todos vocês. Antes até dos protocolos iniciais, gostaria de dizer que a gente tenta, e eu gostaria que todos que nos acompanham pelas redes sociais, o nosso público é muito baixo, principalmente aí de maioria de assessores, é pouca a presença da população, contando com cinco pessoas. A gente já tentou fazer audiências públicas em alguns horários. Na última, nós fizemos às cinco, cinco e meia. Trouxemos essa agora para as dezoito horas. A gente tenta, a gente manda comunicados, fala com assessoria, coloca nas nossas redes sociais, enfim. Mas, infelizmente a gente sempre tem baixo comparecimento aí de pessoas. Eu reputo essa audiência muito importante, muito importante. Eu sou dos vereadores que acha que essa discussão saudável do orçamento é o ponto alto do ano legislativo. Eu acho que é onde a gente consegue realmente saber, projetar como vai ser o próximo ano. Então, não sei se a gente não deve aqui, quanto colocando para nós aqui, pensar em mais algumas formas de tentar atrair a população. A gente vai discutir internamente, tá bom? Acredito



que todas as pessoas que nos acompanham através do site oficial e das redes sociais, bem como todos os presentes no plenário, têm conhecimento do projeto de lei nº 173/2023, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2024, uma vez que todos os requisitos formais para a realização da presente audiência foram tomados: que o projeto ficou à disposição da sociedade civil para a apresentação de emendas populares, publicações no diário oficial do município, nas edições de número 2148 de 29/09/2023, 2155 de 10/10/2023, 2163 de 24/10/2023; também houve publicação da convocação desta audiência no diário oficial do município nas edições 2173 de 09/11/2023 e 2176 de 14/11/2023, bem como foi solicitada a presença nessa audiência, através de ofício enviado por essa Comissão, em 10/11/2023, dos secretários municipais assim descritos: Negócios da Receita, Gestão de Pessoas, Meio Ambiente, Defesa Civil, Assistência Social, Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Habitação, Saúde, Transporte, Educação, Finanças, Administração, Esporte, Obras, Segurança Pública e de Governo e deixando claro para todos que os questionamentos e colocações que porventura vierem a ser realizados serão na medida do possível sanados ou em audiência ou posteriormente encaminhados ao Executivo para eventuais esclarecimentos. Então, a partir de agora, eu deixo, antes de mais nada, a palavra aberta aos nossos componentes da Mesa. Alguém gostaria de fazer alguma pontuação, alguma colocação? Não? Fica então oficialmente aberta. Coloco a palavra aberta aos presentes. Como nós temos um público pequeno, nós não precisamos ter muita restrição em relação ao tempo. Vamos combinar aí, fica bom para todo mundo, uns três minutos para pergunta. Se forem colocações mais longas, uns cinco minutos, enfim. Mas com tolerância, sem problema, só pra gente ter alguma coisa ao que se apegar. Então, palavra aberta aos presentes. Alguém gostaria de se inscrever. Com a palavra então, Rogério Nubor. Coloco como representante do Conselho, Rogério, por questão de ata? Representante do Conselho... Meio Ambiente, né? Do Meio Ambiente. Fique à vontade Nubor, a palavra é sua.”. **SENHOR ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h13): “Boa noite à Mesa! Boa noite a todos os presentes, ao pessoal que está nos assistindo pelas redes sociais. Presidente, falar do orçamento de Paulínia é uma situação *sui generis*, a nível de Brasil. Nós estamos falando de uma receita estimada de 2.7 bi, tirando o Fundeb, 2.5 bi e uma presunção de despesas com pessoal de 1.151. A prefeitura tem conseguido manter a projeção da LRF dentro, abaixo dos 40%. Eu queria chamar meus questionamentos, como a gente sempre tem muito problema pra entrar no íterim de um contrato específico, de uma rubrica específica, então eu vou tentar ser um pouco genérico, até para facilitar e a gente tentar transcorrer com a pergunta e com as respostas. Nós temos desses 2.5 bi, 1 bilhão e duzentos e cinquenta milhões que vão ser gastos com pessoal. Nós temos na despesa, 339039, que são serviços de terceiros, 604 milhões. Aqui estão os contratos que a Prefeitura celebra com os entes, com as PJs que prestam serviços para a Prefeitura. E tem a rubrica 339040, que ela está como Tecnologia da Informação, 84 milhões. Eu queria começar o meu questionamento sobre essa rubrica, tecnologia da informação, despesa 339040, logo no primeiro relatório.”.



SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS (18h15): “Eu ia apenas pedir, Rogério, de qual secretaria nós estamos falando?”. **SENHOR ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h15): “Nós estamos falando do geral.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h15): “Ah! O senhor fez o cômputo de tudo o que se gasta com pessoa jurídica? Pra facilitar, se você puder Rogério, nós temos o quadro de detalhamento, QDD. É bem simples da gente localizar. Se você puder só falar em qual secretaria, por gentileza.”. **ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h15): “Então, é justamente esse um dos problemas. A despesa, por exemplo, 339040, mais de 50% dela é o contrato da Doc Print. Ele acaba sendo dividido e fatiado em praticamente quase que todas as secretarias. Você vai ter ele, 25 milhões, no gabinete do prefeito. Tem uma parte na Câmara, tem uma parte na... e aí vai sendo fatiado em todas as secretarias. Por que eu estou começando com essa despesa, que é a 339040, Tecnologia da Informação. Eu venho acompanhando a questão do orçamento no município de uma forma mais efetiva há seis anos, de 2018 para cá. Sempre são valores vultuosos. Esse ano, ainda não fechou o ano, e a rubrica Doc Print já tivemos um gasto de 43 milhões. E eu sempre falo nas audiências públicas com relação ao Orçamento de que nós precisamos fechar esse gargalo. Hoje, por exemplo, nós temos o serviço no Serex de... quando você faz o escaneamento do... a digitalização de processos, grande parte desse contrato é digitalização de processo. Enquanto a Prefeitura de Paulínia não implantar um programa para realmente ter seus procedimentos de forma digital, e a gente já poderia ter o licenciamento ambiental digital. Já temos algumas secretarias que hoje já não estão mais recebendo papel. Você faz o protocolo e a tramitação de documentos é quase que toda, hoje, digital. Mas, se nós, se a Prefeitura de Paulínia fizer um investimento mais pesado para que a gente venha trazer a digitalização, a informatização dos procedimentos de uma forma mais acelerada, nós estaríamos hoje podendo estar economizando grande parte dessa fração que está sendo gasta hoje, só esse ano de 2023, de 43 milhões, sendo alocados em outros departamentos. A minha primeira sugestão para essa comissão de finanças que está analisando, é, em conjunto com o Governo, rever o posicionamento quanto à informatização dos procedimentos da Prefeitura. Falo, no meu caso, do Meio Ambiente, licenciamento digital. Nós temos aqui a cidade de Campinas que já está, a Secretaria de Meio Ambiente já abriu as portas para que a gente possa conhecer o trabalho deles lá. Não tem mais papel na Secretaria, é tudo digital. Então é uma forma de estar otimizando e reduzindo os gastos. Então esse seria o meu primeiro comentário.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h19): “Vamos um por um? Nubor, mencionando, eu localizei aqui uma dotação na secretaria chefia de gabinete de 25 milhões, no que se refere à tecnologia de informação. O senhor colocou 43 milhões porque, certamente, deve ter tido um somatório de outras secretarias. O que eu entendi da sugestão é de que o senhor contesta a viabilidade dessa prestação de serviço. O senhor entende que essa é uma prestação de serviço que deveria ter sido feito de uma outra maneira, correto?”. **ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h19): “Se há seis anos... se há



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

quatro anos atrás, quando essa... vamos colocar dessa administração, tivéssemos implantado um procedimento de informatização dos procedimentos da Prefeitura, provavelmente nesse ano nós só estaríamos digitalizando o que tem para trás só que todo ano, como nós não estamos informatizados, nós estamos gerando uma nova demanda que vai precisar ser digitalizada. Ou seja...”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h20): “Eu vou, eu vou na verdade... como é uma crítica específica a um contrato, eu prefiro transformar isso num questionamento e, então, às secretarias correspondentes, né? Não faz, teoricamente... a gente não está contestando então o... ou trazendo algo para que a gente fosse acrescido aqui ou alguma retificação.”. **ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h20): “Não, pelo contrário, o objetivo é que... o objetivo é que a gente consiga reduzir os gastos com essa rubrica.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h20): “Registrada então a sua crítica em relação a um dos contratos do município. Eu me sinto muito confortável em falar, viu Nubor, da questão de digitalização. Quando eu fui presidente aqui na Câmara Municipal nós lançamos, os vereadores sabem, Rodrigo, a Câmara Sem Papel. Tivemos diversas ações, dividimos esse trabalho acho que em três ou quatro fases. Fizemos a digitalização, primeiro, das assinaturas eletrônicas. Depois, trocamos uma série de ações que diminuíram a utilização de papel aqui na Câmara e não consegui implementar uma última fase que era digitalização do acervo mas conseguimos, inclusive, fazer uma tabela de temporalidade, que é um procedimento bem complicado. Então, digitalização de um espaço como a Câmara Municipal, ela já foi bastante desafiadora. Eu imagino que você partir para uma digitalização no município também não deve ser uma tarefa fácil porque existem alguns requisitos e um caminho a ser percorrido e, principalmente, essa elaboração dessa tabela de temporalidade que dá tranquilidade da gente poder fazer o descarte de documentos que realmente não servem e eu concordo contigo. Deve ter muita coisa lá que poderia ser descartado. Mas está feita a anotação e eu acho que é um bom caminho aí para a gente realmente tratar de digitalização para os próximos anos. Eu acho que é um caminho que não há volta. Obrigado pela observação. Fique à vontade com a segunda colocação Nubor.”. **ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h21): “No documento 8...”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h22): “Se você puder só me balizar a secretaria.”. **ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h22): “Não, na verdade... Secretaria de Saúde.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h22): “Saúde? Ok, vamos lá.”. **ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h22): “Só que eu utilizei o documento 8, dos anexos. Ele cita a função 10, subfunção 122, 28, ação 1011: informatização da saúde. Nós estamos falando de um orçamento de 22 milhões para informatização da saúde e aqui, no caso... até como munícipe, eu participo, dentro do possível, já participei de uma forma mais eficaz do conselho, das reuniões do conselho da saúde, mas que realmente a Câmara se debruçasse sobre esse orçamento. Já tem um, se não me engano, uma licitação em andamento para isso, mas que essa rubrica fosse realmente efetivada. Ela esteve repetida no



orçamento de 2023. Não foi concluída. Mas que a gente conseguisse a efetivação dessa rubrica para 2024 porque a gente vai ter diminuição das pastas, melhora do atendimento à população.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h23): “Registrado, então, como segundo ponto. Apoio e ressaltando a importância da informatização da rede de saúde. Ponto 3, Nubor.”. **ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h23): “Eu tenho um questionamento na secretaria de habitação, aonde nós estamos com uma verba total, direcionada para a secretaria, de 13 milhões, onde boa parte... 2 milhões de pessoal, tem alguns outros pequenos subprojetos e foi aprovado recentemente na Câmara um projeto para desapropriação. Tem um projeto habitacional sendo debatido e já preparado no Executivo, porque o Executivo vem falando sobre isso e eu senti falta, nós estamos falando de planejamento pro ano que vem, eu acredito que é a parte de habitação o que está sendo planejado para se fazer o ano que vem já deveria estar constando na LOA para o ano que vem. Então, fica esse questionamento.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h24): “Nubor, eu apenas trago antes de registrar a sua ponderação, item 1051, traz construções de unidade habitacionais e obras de infraestrutura e aqui, na verdade, quando a gente pega o valor, é obvio que ele não... ele traz 151 mil reais, é obvio que não se faz um programa habitacional mas a gente traz aqui como fonte, fonte 5, o que indica que muito provavelmente isso não vai ser feito com recurso próprio. Então não tem como a gente fazer essa previsão, é o que eu estou entendendo da rubrica que vossa excelência colocou, tá bom? Mas eu me comprometo então, registrado o terceiro tópico então do Rogério Nubor, para questão de atas, que é em relação a construção de unidade habitacionais, preparação dessa questão pro futuro. Registrado.”. **ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h25): “Sobre a questão de transporte escolar, novamente é um outro ponto que não dá para citar secretaria específica porque nós vamos ter quatro deles na secretaria de educação, nós vamos ter o transporte escolar do ensino fundamental, da educação infantil, do médio e do profissionalizante e da educação especial que estão na secretaria de educação. São 42 milhões e 800 que está na rubrica do ensino fundamental. São 24 milhões 380 que está na rubrica de educação infantil. São 8 milhões e 120 que está na rubrica do ensino médio e profissionalizante e 6 milhões 553 mil que está na educação especial. Quando nós chegamos na secretaria de transporte nós temos mais 25 milhões e 500 que é o contrato do transporte universitário. Então nós estamos falando aqui em 43, 67... praticamente que 100 milhões de reais. Tirando o transporte universitário, eu gostaria de estar pedindo da Câmara, no caso, da Comissão de Finanças principalmente, uma atenção a essa questão. Já é um assunto recorrente das audiências públicas também. Recentemente nós tivemos uma precarização contratual. Os ônibus passaram de um teto máximo de vida útil de 7 anos para 15 anos. Ou seja, nossos alunos estão andando com uma frota mais antiga, precarizada. Os vereadores têm recebido as reclamações da população e nós tivemos um aumento do custo do transporte escolar muito alto. Falo isso porque eu venho acompanhando esse assunto de perto. Então, gostaria... nós estamos



falando de um valor vultuoso. Então, para esse tópico, transporte escolar, gostaria de estar pedindo uma atenção especial da Câmara, da Comissão de Finanças, para estar acompanhando, principalmente o líder de governo, junto com a administração, como pode estar apresentando, a gente sabe dos gastos, mas uma melhoria nos gastos. É um projeto que nós já tivemos aqui na cidade, de fazer um trabalho da secretaria de transporte em conjunto com a secretaria de educação para tentar diminuir o tempo de deslocamento desses alunos que acaba melhorando a qualidade do aluno para conseguir aprender, menos tempo de deslocamento, e acaba reduzindo também o gasto do município com transporte escolar.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h28): “Registrado então ponderações em relação à dotações de transporte escolar. Pode continuar.”. **ROGÉRIO NUBOR, CONSELHEIRO DO MEIO AMBIENTE** (18h28): “Nesse primeiro momento, só isso. Obrigado.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h28): “Obrigado Rogério. A palavra continua aberta para os presentes. Gostaria de citar aqui a presença do ex-secretário de desenvolvimento econômico, o Sami, diversos assessores. A palavra continua aberta. Líder de governo, gostaria de fazer alguma ponderação, Dr. Grilo? Algum dos colegas, ainda assim está aberto, tranquilo? Eu vou fazer uma ponderação caso não haja mais nenhum esclarecimento, que eu acho bem bacana uma situação que o diretor legislativo me recordou. Consta, isso é para tornar público para população, que eu acho um ganho enorme no período que eu estou aqui como vereador. Nós temos lá no artigo 4º, fala o seguinte: ‘fica o poder executivo autorizado nos termos da constituição federal e da lei de diretrizes orçamentárias, inciso II: abrir créditos adicionais suplementares até o limite estabelecido numa lei municipal que ele cita, que é a LDO. Inciso III: transpor, remanejar ou transferir recursos até o limite também estabelecido na LDO.’. Eu trago para vocês aqui uma evolução tremenda que aconteceu aqui na cidade, que foi o fato de que quando eu comecei na vereança, lá em 2013, talvez um pouquinho antes, pra não ser injusto, eu acho que foi lá pelos anos 10,11... esse limite de transposição era de 100%, gente. Deixa eu explicar para vocês o que acontece. A gente brincava de fazer orçamento aqui na cidade, era uma pela fictícia, porque a gente aprovava o orçamento e o Prefeito, ele tinha 100% de possibilidade de remanejar o dinheiro para onde ele quisesse, sem nem prestar contas à Câmara, ou seja lá quem for. Desde de 2013 a gente vê um trabalho de racionalizar esse limite de transposição e agora a gente parece que chegou num ponto de equilíbrio que eu acho que é importante para a Câmara, porque traz a possibilidade da gente ter o nosso poder, dever de fiscalizar a questão dos recursos e também do Executivo de remanejar percentuais que possam vir realmente a fazer parte de projetos que ajudam aí na vida da população. Então, o que nós temos aqui: hoje a transposição e remanejamento de recursos é, entre... dentro da secretaria, vou tentar explicar, entre projetos... então nós temos uma dotação total entre projetos dentro da própria secretaria onde um secretário pode tirar de um projeto de dentro da secretaria, colocar em um outro projeto da mesma secretaria, de 12%. Lembrando que era de 100 (%), hoje são 12%. Quando a gente trata de secretarias distintas, ou seja, você retirar o dinheiro de



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

uma secretaria e fazer uma transposição para uma secretaria distinta, hoje nós temos um limite de 8%. Então, agora... por isso que é tão importante, por isso que a gente gostaria de que a população pudesse acompanhar mais esse trabalho orçamentário, porque hoje nós temos um orçamento que funciona. Então, é bacana acompanhar. É 100% que é cumprido no final do exercício? Muitas vezes não, porque existem possibilidades, licitações que acabaram não acontecendo mas hoje, na verdade, o Prefeito fica realmente voltado à questão do orçamento e eu me sinto muito feliz de ter esses limites porque foi um trabalho que eu ajudei a construir junto com outros tantos colegas aqui e essa Câmara faz parte desse trabalho também, esse limite orçamentário, tá bom? Eu queria só acrescentar essa informação. Antes de encerrar, mais alguém gostaria de usar a palavra? Tem alguma dúvida, alguma ponderação? Não há? Então, sendo assim, não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença de todos... ah, antes, pra eu não cometer um ato falho. Eu li no nosso ofício que nós fizemos e a gente convidou os secretários a comparecerem. É quase que tradição deles acompanharem de maneira online, deixarem que a gente tenha liberdade de tocar a nossa questão orçamentária, ouvindo a população aqui. Um secretário que queria muito ter vindo, fez questão de me ligar, mesmo com essa tradição da gente não receber secretários aqui, nesse momento, foi o secretário Alexandre Brandt, da Saúde. Ele gostaria de estar aqui conosco. Ele teve uma intercorrência de saúde, pediu para me desculpar com vocês. Ele me ligou coisa de 10 minutos antes. Ele falou até que se conseguisse ele estaria mas realmente entendo que não deu. Então, sendo assim, não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença de todos e encerro a presente audiência. Muito obrigado! Boa noite a todos! Reiterando que todos os questionamentos, todas as ponderações feitas serão enviadas ao Executivo. Obrigado aos vereadores também. Boa noite a todos! Até a próxima se Deus quiser.”. A audiência pública foi encerrada às dezoito horas e trinta e quatro minutos e eu, Vereador Pedro Bernarde, atuando como Secretário da presente Audiência, determinei a lavratura da presente. Paulínia, 30 de novembro de 2023.

VEREADOR FÁBIO VALADÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
TRIBUTOS

VEREADOR HELDER PEREIRA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
TRIBUTOS

VEREADOR PEDRO BERNARDE
SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
TRIBUTOS